

DIREITOS TRABALHISTAS

TJ encaminha à AL projeto para pagamento de créditos

Tiago Parrela



Proposta de PL foi apresentada em reunião com a diretoria da Amagis

Em reunião com a diretoria da Amagis, no dia 3 de outubro, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, comprometeu-se a encaminhar à ALMG projeto de lei para o pagamento dos créditos. Seguindo ainda as deliberações da assembleia do dia 9 de agosto, a comissão da Associação fez a primeira reunião, no dia 5 de setembro, para regulamentar os cargos de assessor para juízes.

Página 3

Constituição completa 25 anos de história
Páginas 12 e 13

Associação conquista ajuda de custos para remoção
Página 4

Ação visa suspensão do desconto de IR
Página 6

Votação da PEC 31 é adiada após pressão
Página 7

Amor à Vida oferece fisioterapia
Página 24

CULTURA

Lançamento da Amagis Jurídica e MagisCultura reúne ciência e arte

Georgia Bacvaroff



Bruno Terra, Tiago Ulisses, Dinis Pinheiro e Herbert Carneiro

As novas edições das revistas da Amagis foram lançadas, no dia 26 de setembro. Na 10ª edição, a MagisCultura faz uma homenagem a Aleijadinho, cuja morte completa 200 anos em 2014. E em sua 8ª edição, a Amagis Jurídica consolida-se como publicação da produção científica da magistratura.

Página 10

Judiciário tem oportunidade histórica de salto democrático

HERBERT CARNEIRO*

Como é de sua tradição, Minas tem hoje nova oportunidade histórica de dar exemplo a todo o país na busca permanente pela modernização de suas instituições. O Judiciário mineiro, em especial, tem em suas mãos a possibilidade de se tornar o primeiro tribunal estadual a aprovar a participação direta de juízes e juízas nas eleições de seus dirigentes. Essa conquista representaria notável avanço democrático só comparável à conquista da autonomia do Poder Judiciário, com a Constituição cidadã de 1988.

Tramitam hoje, no Congresso Nacional, duas PECs que buscam democratizar internamente o Judiciário, instituindo o direito de voto para os juízes. Há crescente convicção de que, somente quando os juízes puderem participar, haverá efetivo investimento na Justiça de 1º grau. Com a democratização interna, certamente haverá o adequado aparelhamento das varas, juízos e juizados onde milhares de brasileiros comparecem diariamente em busca da realização da Justiça.

Na histórica assembleia que realiza-se no dia 9 de agosto, os magistrados mineiros reivindicaram a possibilidade de o próprio Tribunal de Justiça, através de mudança em seu regimento interno, reconhecer o direito de todos os juízes de também votarem na eleição da mesa diretora do Tribunal. Bastaria reconhecer, por ato soberano do Tribunal Pleno, que todos os magistrados integram o mesmo Poder Judiciário e devem ser corresponsáveis por suas autonomia e administração.

Afinal, juiz e desembargador são magistrados de primeiro ou segundo grau de jurisdição e não há, entre um e outro, novo cargo, mas somente diferença de estágio na carreira. Além disso, magistrados de 1º e 2º graus se submetem ao mesmo presidente e são membros de Poder outorgado soberanamente pelo povo, na forma da Carta Magna.

Muito mais do que aspiração corporativa, somente a modernização, a transparência e a democratização, por meio da escolha de projetos de planejamento de gestão, poderão trazer ao Poder Judiciário as condições de melhorar sua capacidade de funcionamento e os resultados reclamados pela sociedade.

Na mesma manifestação aprovada na assembleia e encaminhada ao TJMG, os juízes mineiros reconheceram também que todos os desembargadores devem ter assegurado o direito de concorrer aos cargos de direção e não apenas os mais antigos como ocorre hoje. Nesse sentido, a recente decisão do Pleno do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo serve de exemplo para os demais tribunais do país.

Veja ou outra surgem contra-argumentos segundo os quais a medida politizaria por demais o Judiciário, como se ele já não o fosse, assim como a magistratura também é. São teses ultrapassadas e insuficientes para impedirem a participação dos juízes nas principais decisões do Judiciário.

Como forma efetiva de democratização, os juízes querem também transparência, pois sequer são consultados na hora da definição do orçamento das comarcas que dirigem e atuam, da destinação dos recursos públicos, embora tenham que apresentar respostas às demandas do cidadão e da sociedade.

Trata-se ainda de caso óbvio de gestão, porque são os juízes e juízas que estão na ponta do atendimento e, por essa mesma razão, sabem o que é melhor para o cidadão e o que fazer para tornar a Justiça mais célere e mais efetiva. O Judiciário e suas ações precisam estar vinculados às demandas da sociedade e de seu tempo.

Não se faz nem se pratica democracia pela metade, razão pela qual a magistratura brasileira defende, historicamente, a proposta de eleições diretas para a direção dos tribunais de modo que todos possam contribuir com o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Não é sem razão o atraso institucional no Judiciário, que, até hoje, 25 anos da promulgação da Carta Magna, somente 7% da magistratura elegem o comando das Cortes. Interessa a poucos e afeta a grande maioria.

Movidos por essa bandeira republicana, a Amagis tem atuado permanentemente pela abertura, modernização e

transparência das ações do Tribunal, como por exemplo, na transmissão integral e online das sessões do Órgão Especial do TJ, onde os interesses e o destino dos magistrados são decididos.

Na primeira transmissão feita, os resultados foram surpreendentes, com quase 200 participações entre dezenas de outras visitações. Ainda que remota, essa participação integra o magistrado e elimina a falsa crença de que há diferença entre o interior e a capital. O uso dessa nova ferramenta aproxima, integra e promove o acompanhamento e controle das atividades daquele órgão.

O magistrado é responsável e cioso de suas obrigações, reconhece seu valor e a importância que tem para a sociedade, mas quer se ver também participativo nas ações de seu Tribunal e consolidar a relação de pertencimento com o Judiciário. Se o Tribunal considera e valoriza nossa participação, esse Tribunal nos pertence. ●

(*) Presidente da Amagis

“Essa conquista representaria notável avanço democrático só comparável à conquista da autonomia do Poder Judiciário, com a Constituição cidadã de 1988”



**Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS**

Rua Albina, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)**

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:

Juíz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:

Juíz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:

Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente

Sócio-cultural-Esportivo:

Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:

Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:

Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:

Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.200 exemplares

ÍNDICE

Amagis garante
reembolso e ajuda
de custo no CNJ

4

» Comissão faz reunião para regulamentar lei 03

» Amagis garante reembolso e ajuda de custo no CNJ 04

» Associação transmite sessões do Órgão Especial ao vivo 05

» Amagis move ação contra descontos de IR 06

» Senado adia votação da PEC 31 após pressão de Associações 07

» Pesquisa com magistrados avaliará perfil do Judiciário 08

» Herbert Carneiro realiza palestras em Minas 09

» Amagis lança revistas e homenagem Aleijadinho 10

» Conselho dialogará com a sociedade 14

» Congresso reunirá aposentados e pensionistas 15

» Minas recebe congresso internacional de criminologia 16

» Entrevista » Juiz Carlos Frederico Braga 19

» Confira os novos direitos dos empregados domésticos 20

» Veja os temas dos programas de TV da Amagis em setembro 21

» Conheça alguns mitos e verdades sobre a pneumologia 23

» Amor à Vida amplia atendimento com fisioterapia 24

Senado adia votação
da PEC 31 após pressão
de Associações

7

8 Pesquisa com
magistrados
avaliará perfil
do Judiciário

Amagis lança revistas
e homenagem
Aleijadinho

10

ASSEMBLEIA

TJ envia projeto à AL para pagamento de créditos

Em resposta às reivindicações dos magistrados mineiros, aprovadas na histórica assembleia do dia 9 de agosto, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Herculano, assumiu o compromisso de encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, na primeira quinzena deste mês, projeto de lei de suplementação de recursos, com a finalidade de pagamento de créditos devidos aos magistrados. Os valores serão definidos posteriormente, respeitando-se sempre a paridade entre magistrados ativos e inativos.

O anúncio foi feito durante reunião com a diretoria da Amagis, no dia 3 de outubro. “A partir daí, vamos envia todos os esforços políticos necessários, junto aos deputados estaduais, para célere aprovação do referido projeto de lei (que tem tramitação regimental mais simplificada), e, consequentemente, viabilização, o mais breve possível, dos pagamentos dos créditos aos magistrados”, adiantou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

Além dele, participaram do encontro, os vice-presidentes Maurício Soares (Saúde) e Tiago Pinto (Sociocultural-Esportivo)

Tiago Parrela



Diretoria da Amagis e presidente do TJ discutem créditos devidos

e os diretores Edison Feital, José Martinho Nunes Coelho, Carlos Frederico Braga da Silva, Rosimere Cou-

to, o assessor da Presidência da Amagis Dídimo Inocêncio, os assessores da Presidência do TJ, juízes

Nicolau Lupianhes e Renato César Jardim, e o secretário de Planejamento do TJ, Renato Cardoso. ●

ASSESSOR PARA JUÍZES

Comissão faz 1ª reunião para regulamentar lei

Fernanda Marques



Reunião foi realizada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A Comissão para Regulamentação da Lei nº 20.802/2013, que cria cargos de assessor para juízes, realizou sua primeira reunião, no dia 5

de setembro, com a participação do presidente da Amagis, Herbert Carneiro. O objetivo é elaborar uma minuta de resolução para re-

gulamentação da lei e apresentar um relatório dos trabalhos desenvolvidos. A criação da comissão foi aprovada na assembleia da Amagis e,

posteriormente, levada ao TJMG. O próximo passo, agora, será a distribuição do procedimento para a comissão competente, com acompanhamento permanente da Amagis.

A Lei foi sancionada pelo governador Antonio Anastasia, dia 7 de agosto, criando 150 cargos de assessor de provimento em comissão para magistrados de 2ª entrância e entrância especial e 515 funções de confiança de assessoramento aos magistrados de 1ª entrância e do Sistema dos Juizados Especiais. Para chegar nesse número, que teve a concordância do TJMG, foi preciso uma intensa atuação da Amagis junto ao Legislativo, já

que por iniciativa do TJ, teriam sido criados apenas 30 cargos de assessor de provimento e 356 funções de confiança.

A comissão é composta pelas magistradas Eveline Mendonça Félix Gonçalves, Giovanna Elizabeth Costa de Mello Paiva, Juliana Elian Michel, Cristiana Martins Gualberto Ribeiro e Ana Carolina Rauen Lopes de Souza.

De acordo com a juíza Eveline Mendonça Félix, a participação dos magistrados na definição dessas questões é extremamente positiva. “São questões que estão diretamente ligadas à produtividade do Judiciário, refletindo no atendimento à demanda social”, disse. ●

REMOÇÃO DE JUÍZES

Amagis garante reembolso e ajuda de custo no CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acolheu integralmente o pedido de Procedimento de Controle Administrativo (PCA) da Amagis, no dia 9 de setembro, e determinou que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) passe a reembolsar as despesas dos magistrados com gastos de remoção de comarca, bem como a ajuda de custo, garantindo tratamento isonômico com os magistrados federais.

No procedimento, o Departamento Jurídico da Associação argumenta no mérito que o TJMG promovia desigualdade entre magistrados federais e estaduais, já que a resolução 381 de 2001 estabelecia, no seu artigo primeiro, que “os Juízes de Direito farão jus ao recebimento de reembolso de despesa de transporte e mudança, quando assumirem o exercício em comarca diversa daquela em que vinham exercendo a judicatura e para ela transfiram residência”.

Luiz Silveira/Agência CNJ



O CNJ acolheu os pedidos da Amagis

No pedido, a Amagis destaca ainda que a situação se agravava com a aplicação da Lei Complementar 59 de 2001, que, no parágrafo, terceiro do artigo 114, determina que “a remoção a pedido, de uma para outra comarca, não dá direito à percepção do previsto no inciso II deste artigo”.

Na decisão, a conselheira Ana Maria Duarte Amarante

Brito, relatora do procedimento, reconheceu o direito dos magistrados estaduais e afirmou que é devida a ajuda de custo aos juízes removidos, pois as mudanças de comarcas sempre ocorrem no interesse da administração pública.

Para Ana Maria Duarte, a inscrição de magistrado na vaga aberta para provimento por remoção significa que está

abrindo mão de sua inamovibilidade, o que não transforma essa remoção como sendo exclusivamente de interesse privado.

A iniciativa da Amagis repercutiu positivamente entre os magistrados, que saudaram o avanço obtido. “Parabéns pela conquista junto ao CNJ sobre a ajuda de custo e reembolso de mudança”, afirmou o Juiz Flávio Junqueira Silva em depoimento registrado no site da Associação.

RECURSO

O TJMG recorreu ao CNJ, no dia 20 de setembro, contra a decisão da relatora sob o fundamento de autonomia constitucional e financeira. Caso o Conselho acate o recurso, o Departamento Jurídico da Associação ingressará no procedimento com pedido de amicus curiae, para atuar como parte interessada. ●

Outorga da Medalha Guido de Andrade

Dia 1º de novembro
às 19h30
no salão de festas da
Amagis

(Rua Ouro Fino, 367 - BH)



TRANSPARÊNCIA

Amagis transmite sessões do Órgão Especial ao vivo

A Amagis realizou, na sessão do dia 11 de setembro, a primeira transmissão online e ao vivo da sessão do Órgão Especial do TJMG pelo site da Associação. A medida implementada é pioneira e confirma o compromisso assumido pela diretoria da Associação em favor da integração entre magistrados do interior e da capital, da 1ª e da 2ª instâncias, do aumento da transparência e da coerência da Amagis em defender os magistrados onde que quer que seja.

Durante a sessão do dia 11 de setembro, os desembargadores acolheram e rejeitaram

embargos de declaração em dois processos de interesse de magistrados, dois processos foram adiados devido a pedido de vista, e foi decidida a aposentadoria compulsória de um magistrado.

Já na segunda transmissão, no dia 25 de setembro, aproximadamente 200 magistrados acompanharam a sessão do órgão especial. Nesse dia foram aprovados os requerimentos de dois magistrados. Um julgamento de interesse de magistrado foi adiado depois de pedido de vista, e outro processo foi arquivado. Ainda no dia 25, o Órgão Especial

Georgia Baçvaroff



Magistrados podem acompanhar a sessão pela internet

aprovou a proposta de regulamentação do Fundo Especial do Poder Judiciário e designou os vice-presidentes do Tri-

bunal Almeida Melo, Baía Borges e Manuel Saramago, e o juiz Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, para exercerem

a função de gestores do fundo. O Órgão realizou provimento de magistrados mineiros. A relação está no site da Amagis. ●

MAGISTRADOS APROVAM A INICIATIVA

A transmissão inaugural da sessão do Órgão Especial foi aprovada pelos magistrados mineiros, do interior e capital. Veja a repercussão:

“Conseguir assistir a uma parte da sessão do Órgão Especial e achei muito positiva para nós, magistrados, a possibilidade que a Amagis nos proporcionou”.

Wagner Sana Duarte Morais – Belo Horizonte

“Quero elogiar a iniciativa da Amagis e do nosso presidente Herbert Carneiro. A ação demonstra transparência da gestão e nos dá a oportunidade de acompanhar a sessão como se estivéssemos pessoalmente em Belo Horizonte”.

Lúcio Eduardo de Brito – Uberaba

“Assisti pelo site da Amagis à sessão e achei ótima a iniciativa, porque nos proporciona ter conhecimento do que os magistrados estão discutindo”.

Amauri Pinto Ferreira – Belo Horizonte

“Acho de extrema necessidade e importância esta iniciativa da Amagis, principalmente, para os magistrados do interior que ficam alijados de notícias do Órgão Especial e que, a partir de agora, poderão acompanhar”.

Carlos Donizetti Ferreira da Silva – Belo Horizonte

Do ponto de vista técnico, funcionou muito bem, acompanhei como se estivesse lá, participando. A iniciativa é muito importante, pois vai permitir aos

magistrados que estão fora da capital, atuando no interior, saber das decisões do Tribunal”.

José Martinho Nunes Coelho – Belo Horizonte

“Essa transmissão facilita muito para o magistrado acompanhar um assunto de seu próprio interesse, no sentido de que ele pode ter conhecimento dos fundamentos dos desembargadores do Órgão Especial nas decisões tomadas. Além de ser um avanço para nós, que sonhamos com uma gestão mais democrática no Tribunal, com eleições diretas”.

Guilherme Lima Nogueira da Silva – Belo Horizonte

“Acho uma iniciativa excelente da Amagis, pois possibilita, princi-

palmente aos magistrados do interior, que não podem se deslocar até a capital, acompanhar um processo de seu interesse, assistindo, em tempo real, às decisões do Órgão Especial”.

Thiago Grazziane Gandra – Ipatinga

“Foi um avanço muito grande essa iniciativa da Amagis. O presidente Herbert está tendo a postura que já esperávamos e uma de suas conquistas foi a de possibilitar aos magistrados acompanhar ao vivo as sessões do Órgão Especial através da internet”.

Myrna Fabiana Monteiro Souto – Nova Lima

“É uma grande conquista, que demonstra uma maior transparência, permitindo que os magistrados de qualquer

região acompanhem as decisões do Tribunal, principalmente em questões administrativas, além de apresentar um caráter mais democrático no trato entre o TJMG e a magistratura”.

Fábio Torres de Sousa – Ipatinga

“É extremamente válida essa iniciativa da Amagis, pois coloca os magistrados a par do que acontece no Tribunal, nos aproximando mais das decisões”.

Ricardo Torres Oliveira – Belo Horizonte

“A oportunidade é excelente! Ontem, assisti a uma pequena parte e achei muito positiva a iniciativa, principalmente, para o juiz do interior”.

Marcelo Picanco de Andrade Von Held – Muriaé

COBRANÇA INDEVIDA

Amagis move ação contra descontos de IR

Empenhada na suspensão da cobrança indevida de IRPF sobre o terço de férias, referentes ao mês de junho deste ano, a Amagis ajuizou, no dia 25 de setembro, uma ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, contra o Estado de Minas Gerais, postulando a suspensão imediata da taxaço.

Na ação, a Amagis pleiteia ainda o reconhecimento da inexistência da relação jurídico tributária entre as partes, e a condenação do Estado à restituição dos valores recolhidos indevidamente, acrescidos de juros e correção. A ação foi distribuída para a 2ª Vara de Feitos Tributários de

Belo Horizonte, cujo juízo indeferiu o pleito sob argumento resumido de que não há fundado receio de dano. A Associação, por discordar da decisão, recorreu ao TJMG no dia 7 de outubro.

Em outra ação, distribuída para a 4ª Vara de Feitos Tributários Estaduais de Belo Horizonte, a Amagis ingressou com o pedido de restituição dos valores retidos, indevidamente, de seus associados a título de IRPF sobre as parcelas provenientes de juros das diferenças salariais (URVs e equivalência), pagas pelo TJMG a partir de 2014. Nesse caso, a Associação requereu a compensação dos va-

lores a serem restituídos com os descontos de IRPF futuro, a fim de evitar o recebimento por precatórios.

STF RECONHECE

No dia 25 de setembro, o ministro Teori Zavascki arquivou a Reclamação (RCL) 16.359, ajuizada pela União, com pedido de liminar no STF, contra decisão do Juízo da 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. A decisão questionada foi proferida em ação ajuizada pela Ajufe e declarou a não incidência do imposto de renda nas parcelas recebidas a título de terço constitucional de férias. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.



APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Senado adia votação da PEC 31 após pressão de Associações

Em consequência da firme reação das Associações de magistrados estaduais, incluindo a Amagis, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal adiou sine die a votação da PEC 31. O presidente Herbert Carneiro participou, no dia 11 de setembro, em Brasília, de intensa mobilização dos representantes dos magistrados. Após muita conversa, os senadores avaliaram que é necessário mais prazo para o entendimento sobre a proposta. Dois dias antes de ir a Brasília, Herbert Carneiro divulgou nota oficial, na qual a Associação critica a PEC por promover o distanciamento da Justiça eleitoral do cidadão.

O presidente da Associação não exclui a possibilidade de discutir mudanças, mas alerta que, neste momento, é de interesse público o debate sobre a reforma política e eleitoral e não da Justiça Eleitoral, que, para ele, é um exemplo de eficiência e competência no Brasil e no mundo.

Herbert Carneiro destacou ainda que, quando o constituinte definiu e aprovou a composição da Justiça Eleitoral, ele priorizou o interesse público e o maior grau de legitimidade ao processo eleitoral ao valorizar a experiência da Justiça comum e o tempo em que os juízes estaduais atuaram em 1º grau, em contato direto e diário com a população.

Para o presidente da Amagis, a aprovação da PEC contrariará esse princípio, distanciando a Justiça Eleitoral do Cidadão, que, por meio da Justiça Estadual, está presente em quase todas as três mil comarcas do país. E a Justiça Federal, por ter estrutura e foco diferentes, não existe nas pequenas cidades. “Sua competência constitucional é restrita e não permite a presença de juízes federais nas pequenas cidades que são a grande maioria dos 5.564 municípios brasileiros”, afirmou Herbert Carneiro.

O magistrado apontou também que o constituinte, ao incorporar o magistrado federal na composição a Justiça Eleitoral, ampliou a participação da justiça, baseado no argumento de que a responsabilidade é de todos.

“Alterar, agora, o que está dando certo, e aquilo que o mundo quer copiar do Brasil, só faz sentido se formos guiados pelo complexo de achar que o melhor é o que vem de fora ou que está para ser feito”, conclui o presidente da Amagis na nota, reafirmando que o Brasil tem hoje a imensa tarefa de melhorar os serviços públicos e que deveria começar por aqueles que não oferecem as condições adequadas e nem apresentam resultados às demandas da realidade do país e da sociedade. ●

Geraldo Magela/Agência Senado



Senadores debatem PEC 31 na Comissão de Constituição e Justiça

PRERROGATIVAS

Associação garante defesa de magistrado no CNJ

Luiz Silveira/Agência CNJ



Novos conselheiros participaram da sessão

Na defesa permanente dos magistrados, a Amagis acompanhou, no dia 10 de setembro, sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, quando o órgão julgou processos de interesse de magistrados mineiros.

Após sustentação oral da advogada Izabela Rodrigues, do De-

partamento Jurídico da Associação, houve um pedido de vista regimental e o julgamento foi adiado. A Amagis continuará acompanhando os casos de interesse dos magistrados mineiros no CNJ.

COMPOSIÇÃO

A sessão marcou também a primeira par-

ticipação dos novos conselheiros Maria Cristiana Peduzzi, Guilherme Calmon, Gisela Gondin e Emmanoel Campelo, que tomaram posse no dia 28 de agosto, para o biênio 2013-2015. O conselheiro Gilberto Martins foi reconduzido à vaga destinada a promotor de Justiça do Conselho. ●

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Pesquisa com magistrados avaliará perfil do Judiciário

Fotos: Tiago Parrela



Magistrados discutiram a implantação do convênio com a Dom Helder

Durante reunião realizada na Escola Dom Helder Câmara, no dia 2 outubro, entre o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, o presidente da comissão da Associação de interlocação com a faculdade, desembargador Newton Teixeira de Carvalho, o pró-reitor de cursos de extensão da Escola, Francisco Haas, e com o pesquisador de mercado, Milton Oliveira, foi definida a realização de uma pesquisa com os magistrados para avaliar o perfil do Poder Judiciário.

No encontro, também foi discutida a participação dos magistrados em cursos de mestrados na instituição de ensino. O convênio firmado entre a Amagis e a Dom Helder Câmara, no dia 14 de agosto, no ato de apoio à Frente Parlamentar de Aperfeiçoamento do Judiciário, prevê a realização de seminários, palestras, cursos e debates.

A parceria ainda garante aos magistrados acesso à biblioteca da Escola e ao material acadêmico, inclusive por meio da internet,

viabilizando o acesso dos juízes que atuam no interior de Minas ao conteúdo digital da Escola, incluindo o recebimento da revista eletrônica 'Dom Total', com conteúdo especializado em informações jurídicas, jurisprudências e notícias do cotidiano.

COMISSÃO DA AMAGIS

Para acompanhar as tratativas de execução do convênio firmado com a Dom Helder Câmara, o presidente da Amagis nomeou, no dia 21 de agosto, uma comissão de magistrados que, no dia 9 de setembro, realizou sua primeira reunião, na sede da Associação, para discutir a implementação dos termos da parceria definidos entre as instituições.

A comissão da Amagis é composta pelo desembargador Newton Teixeira de Carvalho (presidente), e pelos juízes Carlos Donizetti Ferreira da Silva, Carlos Frederico Braga da Silva, Christyano Lucas Generoso, Geraldo Claret de Arantes e Marcus Vinícius Mendes do Valle. •



Newton Teixeira, Milton Oliveira, Francisco Haas e Herbert Carneiro

**OFERECER
O MELHOR PREÇO:
UMA QUESTÃO
DE JUSTIÇA.**

À VISTA
R\$ **78.530,65***

Home
and Office
Delivery

facebook.com/AutoJapanHonda @autojapan_honda

CIVIC EXR

**2.0
FLEX (0t)**



CORTESIA***

- + protetor de cárter
- + jogo de tapetes

RAJA

Raja, 2760 - 3298-2900

CIDADE NOVA

Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

BANDEIRANTES

Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA

Catalão, 750 - 3469-5900

SEMINOVOS BARÃO

Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br



HONDA

AUTO JAPAN

Respeite os limites de velocidade.



BDSG

* Valor à vista para a compra de Honda Civic EXR zero km, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiais Amagis. ** Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. *** Protetor de cárter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic EXR, para filiais Amagis. Consulte. Condições válidas de 01/10/2013 a 30/10/2013. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

SEMINÁRIO

Herbert Carneiro realiza palestras em Minas

Andrey Librelon/Unimontes



Presidente da Amagis durante seminário em Montes Claros

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, participou como palestrante de diversos seminários sobre política criminal, nos meses de agosto e setembro, tendo presidido ainda, uma audiência pública em Brasília, sobre o indulto de 2013. Além disso, Herbert Carneiro participou de um seminário, em Montes Claros, falando das recentes manifestações populares.

No dia 18 de setembro, o presidente da Amagis, participou do 'Seminário Democrático de Direito e sua Preservação', no auditório da OAB de Montes Claros, no Norte de Minas, palestrando sobre o Poder Judiciário como instrumento de adequação do Estado Democrático de Direito frente às manifestações populares.

No dia 17 de setembro ele participou do 'II Seminário de Pesquisa do Observatório Nacional do Sistema Prisional', realizado na UFMG, falando sobre o sistema prisional brasileiro.

Ainda no mês de setembro, no dia 12, Herbert Carneiro palestrou durante o "2º Curso: Aspectos da Execução das Penas Privativas de Liberdade, Restritivas de Direitos e Medidas de Segurança", realizado pelo Programa Novos Rumos, do TJMG, em parceria com a Ejef, abordando a questão da "Execução Penal Contemporânea".

Já no dia 4 de setembro, Herbert Carneiro presidiu audiência pública do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), do qual é presidente, para discutir sugestões de toda a

sociedade para elaborar as diretrizes sobre a questão do indulto de 2013.

No dia 30 de agosto, Herbert Carneiro proferiu palestra durante o IV Seminário de Política Criminal e Execução Penal, realizado pelo TJMG, por meio da Ejef, e pelo Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais, falando, na oportunidade, sobre a internação involuntária e compulsória.

Durante o seminário da Ejef sobre política criminal e execução penal, Herbert Carneiro foi homenageado pelo desembargador Almeida Melo, que destacou a profícua e exitosa gestão do magistrado à frente da Amagis. De acordo com ele, graças à liderança de Herbert Carneiro, a magistratura mineira está mais arrojada. •

INSTITUCIONAL

Amagis recebe Pimenta da Veiga

Bruno Gontijo



Encontro foi na sala de reuniões da Associação

O presidente do Instituto Teotônio Vilela, Pimenta da Veiga, esteve na sede da Amagis, em Belo Horizonte, no dia 5 de setembro, quando se reuniu com o presidente Herbert Carneiro. Assuntos de interesse da magistratura e do Judiciário foram a pauta do encontro. Representantes dos poderes Legislativo e Executivo também participaram da reunião, além

de magistrados como o desembargador Baía Borges, 2º vice-presidente do TJMG; a juíza Luzia Peixoto, vice-presidente da Amagis; juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde; desembargador Tiago Pinto, vice-presidente Sociocultural-Esportivo; juíza Rosimere Couto, diretora de Comunicação, e o diretor Financeiro, juiz José Martinho Nunes Coelho. •

RECONHECIMENTO

Juiz é nomeado para o CNPCP

Marcelo Albert/TJMG



Juiz Paulo Antônio de Carvalho

O juiz Paulo Antônio de Carvalho, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Itaúna, foi nomeado membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), órgão do Ministério de Justiça. A nomeação, assinada pelo ministro José Eduardo Cardozo e publicada no Diário Oficial da União, no dia 19 de setembro, é um reconhecimento pelo trabalho desenvolvi-

do pelo juiz nos seus 35 anos na magistratura, em especial no programa Novos Rumos do TJMG e na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Itaúna, no Centro Oeste Mineiro.

Paulo Antônio de Carvalho é mineiro de Conceição da Aparecida e formou-se em Direito pela UFMG. Foi juiz nas Comarcas de Areado, Barão de Cocais, Caeté e Itaúna. •

CIÊNCIA E ARTE

Amagis lança revistas e homenageia Aleijadinho

A Amagis lançou, no dia 26 de setembro, a 10ª edição da Magis-Cultura e a 8ª edição da Amagis Jurídica, ambas consolidadas no cenário literário e de ciências jurídicas do país. A 10ª edição da Magis-Cultura homenageia Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, cuja morte completa 200 anos em 2014.

A importância de Aleijadinho para a cultura mineira é tema de uma lei de autoria do presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, que instituiu o dia 18 de novembro como o Dia do Barroco Mineiro.

Para o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, o lançamento das duas obras marca um momento jurídico, cultural e artístico da Associação. “São duas produções que fazem a nossa Amagis diferenciada no cenário associativo nacional”, afirmou.

Presente à solenidade, o presidente da ALMG, deputado Dinis Pinheiro, parabenizou a Amagis pelas obras e destacou que, “em iniciativas como estas, percebemos uma semelhança muito forte da Assembleia com a Amagis no sentido de abraçar, apoiar e incentivar, cada vez mais, o segmento cultural”.

O juiz Renato César Jardim, diretor da Magis-Cultura, fez um registro da trajetória da publicação. “Chegar à 10ª edição de uma revista de cultura é também uma arte. E conscientes de que a arte é necessária,

Georgina Baçvaroff



Autores no lançamento das revistas na Amagis



os magistrados mineiros seguem com a MagisCultura que nasceu há cinco anos. O número 10 simboliza vitória, força e vitalidade”, destacou.

O diretor da Amagis Jurídica, juiz Gilson Lemes, destacou o desafio, na gestão do desembargador Nelson Missias, de lançar as duas revistas e reforçou a importância dos apoios recebidos para a manutenção das publicações.

Além deles, várias outras autoridades prestigiaram o evento: César Vanucci, representando o vice-presidente da Assembleia, Adeldo Ulisses; o vice-presidente do TJMMG, juiz Fernando Armando, representando a presidência; a diretora jurídica da Cemig, Maria Celeste Guimarães; o diretor-presidente da Editora Del Rey, Arnaldo Oliveira, e Ricardo Fiúza, repre-

sentando o presidente da Academia Mineira de Letras, Olavo Romano, além de diversos magistrados mineiros. Ambas as revistas têm o apoio cultural da Cemig.

Ainda durante o lançamento, a diretora de comunicação da Amagis, Aldina Soares, homenageou o programa da Amagis, Pensamento Jurídico, que conquistou, no dia 23 de setembro, a marca de 500 programas. ●

AUTORES DA MAGISCULTURA

Os autores da 10ª edição de MagisCultura são os desembargadores Dorgal Andrada, João Quintino, Luiz Carlos Biasutti, Gutemberg da Mota e Silva, Matheus Jardim e José Fernandes Filho e os juizes Renato César Jardim, Llewellyn Davies A. Medina, Daniel César Botto Collaço, Bruno Terra Dias e Renato Zuppo e, estreando a seção de “magistrado convidado”, o juiz Francisco Jaime Medeiros Neto, de Fortaleza (CE). ●

AUTORES DA AMAGIS JURÍDICA

A nova edição traz artigos dos seguintes colaboradores: juizes Bruno Terra Dias, Fabrício Simão da Cunha Araújo, José Eduardo Junqueira Gonçalves, Paulo Tadeu Rodrigues Rosa, Tiago Cabral e Mateus Bicalho de Melo Chavinho; os desembargadores Newton Teixeira Carvalho, Rogério Medeiros Garcia de Lima, José do Carmo Veiga de Oliveira, Jair Leonardo Lopes; os advogados Adriano Roberto Vancim e André Luiz Lopes; o procurador de Minas Gerais Fábio Murilo Nazar; a professora da PUC/Minas Cristiane Rêgo; e a advogada Carolina Machado Durães. ●

COOPERAÇÃO

Amagis firma parceria com Editora Del Rey

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e o presidente da Editora Del Rey, Arnaldo Oliveira, assinaram um termo de cooperação cultural, no qual a editora gentilmente passou a disponibilizar exemplares de seus lançamentos para que a Associação sorteie entre os leitores de seu site (amagis.com.br), e entre os telespectadores dos programas de TV da Amagis.

A assinatura do termo aconteceu durante o lançamento das Revistas MagisCultura e Amagis Jurídica, no dia 26 de setembro, na sede da

Associação. Para celebrar a cooperação entre as duas instituições, foi realizado um sorteio, no qual o primeiro ganhador de um livro cedido pela Del Rey foi o juiz Valter Guilherme Alves Costa, da comarca de Belo Horizonte, que recebeu o livro das mãos de Herbert Carneiro e de Arnaldo Oliveira.

A Amagis tem sorteado vários títulos doados pelos magistrados e pela Del Rey, obras de interesse do mundo jurídico e sobre temas literários. Com essa parceria, a Associação aumentará este canal com os associados. •

Georgia Bacvaroff



Arnaldo Oliveira, Herbert Carneiro e Valter Guilherme

ATRAÇÕES

Disco traz raridades de Bob Dylan

Divulgação



Os fãs de Bob Dylan já podem comemorar. O músico lançou, em agosto deste ano, um álbum cheio de raridades. “The Bootleg Series, Vol. 10 – Another Self Portrait (1969-1971)” conta com 35 faixas inéditas, gravadas nos

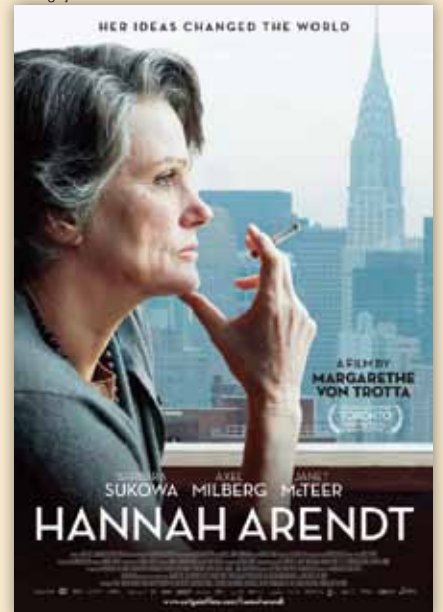
também encontrar uma versão especial, que trará um terceiro disco extra, com gravações da apresentação de Dylan no festival Isle of Wight, em 1969. Dylan lançou no ano passado o disco “Tempest”. •

anos 70, durante a produção dos discos “Self Portrait” e “New Morning”, e que não saíram nos referidos discos.

O álbum foi lançado em duas versões. A versão normal vendida nas lojas terá dois discos originais, com as 35 faixas, mas aqueles mais ávidos podem

Hannah Arendt e a banalidade do mal

Divulgação



O filme “Hannah Arendt”, dirigido pela cineasta Margarethe von Trotta, aborda o episódio do julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann, realizado em Israel, em 1961. O julgamento foi acompanhado pela filósofa alemã Hannah Arendt, que, posteriormente, escreveu cinco artigos para a revista ‘The New Yorker’, fazendo uma abordagem diferenciada do papel de Eichmann no holocausto e formula uma das principais teses de seu trabalho: a da banalidade do mal.

Naquele momento, porém, a sociedade se volta contra ela, e as críticas são tão fortes que até mesmo seus amigos mais próximos

se assustam. Hannah em nenhum momento pensa em voltar atrás, mantendo sempre a mesma posição, mesmo com todo mundo contra ela. •

REDEMOCRATIZAÇÃO

A Constituição Cidadã completa 25 anos

“Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude, que isso se cumpra!”

No dia 5 de outubro de 1988, no Senado Federal, em Brasília, exatamente às 15h50, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, levantava, sob aplausos, um exemplar original da nova Constituição Federal, que ele acabara de assinar, e dizia as palavras acima. Esse gesto representava o fim de um longo processo pela redemocratização e, ao mesmo tempo, o começo de um trabalho de adequação da vida institucional do país à nova Constituição, que entrou para a história com a ‘Constituição Cidadã’.

Passados 25 anos, é possível analisar com mais precisão os impactos da nova

Carta na sociedade brasileira. A reportagem do Jornal DECISÃO conversou com diversos juristas sobre o tema e verificou-se um consenso geral de que o mais relevante na Constituição de 1988 foi o fato de ter sido um marco de transição para a democracia.

Para o ministro Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (1999 a 2001), o caráter democrático é a principal virtude da Constituição de 1988. “É uma Constituição do seu tempo, que, para a sua feitura, concorreu toda a nação, todos os segmentos da sociedade, na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Ela estabelece, com nitidez, a separação dos poderes”, ressalta Velloso.

Essa característica também é destacada pelo desembargador Kildare Carvalho, do TJMG. “Por

ser uma Constituição de princípios, de justiça social e de direitos fundamentais, o texto promulgado em 1988 é um marco em nosso constitucionalismo democrático”, afirma Gonçalves.

O magistrado, porém, assinala o problema da falta de efetividade, que, de acordo com ele, não depende apenas do que se acha expresso no texto constitucional, mas, sobretudo, de uma legislação regulamentadora e da formulação e execução, pelo Executivo, de políticas públicas adequadas. “O Judiciário vem cumprindo sua parte, pois tem viabilizado, mediante uma interpretação construtiva e democrática da Constituição, que direitos e garantias sejam assegurados, à falta de leis e de providências normativas”, ressalta Kildare Gonçalves.

UM CASO DE AMOR

Essa falta de efetividade pode ser fruto, em parte, pelo que é apontado pelo professor Ronaldo Brêtas como um entre o hiato existente entre o povo e a Constituição. Para ele, é preciso criar um sentimento



Moreira Mariz/Agência Senado

Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte

constitucional na população, que seria quase como “chamado de ‘um caso de amor com a Constituição’”.

“Qualquer Constituição nunca será perfeita, mas, para que esses defeitos possam

sentimento constitucional concretizante. Um espírito cívico-político que todos devem ter, no sentido de zelar pelo cumprimento da Constituição”, afirma Brêtas.

Para imprimir esse sentimento na população, Ronaldo Brêtas sugere que seja introduzida nos currículos escolares, dos ensinos fundamental e médio, uma disciplina que poderia ser chamada de ‘estudos constitucionais’ ou de ‘direitos fundamentais e cidadania’, para que os jovens aprendam a valorizar a importância da Constituição.

PROBLEMAS

O advogado Ives Gandra da Silva Martins aponta como um dos principais problemas da Constituição a formatação da federação. “O custo político da federação, que gera uma carga tributária ciclópica e de difícil reversão é o que está travando o desen-

“Por ser uma Constituição de princípios, de justiça social e de direitos fundamentais, o texto promulgado em 1988 é um marco em nosso constitucionalismo democrático.”
– Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho.

ser contornados e para que a Carta Magna possa ser eficaz, é preciso que o povo – e quando digo povo estou me referindo a governantes e governados – tenha um



Marcelo Albert/TJMG

Des. Kildare Carvalho, especialista em Direito Constitucional

volvimento do país. Três Estados e 1.600 municípios criados após 1988, com alargamento dos Ministérios e estruturas burocráticas afogam o Brasil”, diz Gandra.

O desembargador Kildare Carvalho aponta como uma das mudanças que ainda deveriam

“A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim; divergir, sim; descumprir, jamais; afrontá-la, nunca!”
– Deputado
Ulysses Guimarães
– Presidente da
Constituinte.

ser feitas uma reforma do sistema federativo brasileiro. Segundo ele, isso pode contribuir para maior desempenho dos Estados e Municípios na construção de alternativas para o desenvolvimento de suas potencialidades e, com isso, viabilizar a implementação descentralizada de políticas sociais e ambientais.

As emendas provisórias são outro aspecto controverso da Constituição de 1988. Instrumentos característicos dos sistemas parlamentaristas de governo, elas foram mantidas no texto constitucional, mesmo ficando aprovado o sistema presidencialista nas votações

finais. Para o advogado José Alfredo Baracho de Oliveira Júnior, pode ser interessante a dotação de um instrumento legislativo ao Poder Executivo, mas deveria haver um controle mais agudo dessa medida por parte do Legislativo. “Isso daria um controle político na adição de medidas provisórias, o que no Brasil não existe, e que o levou a diversos excessos”, afirma Baracho Júnior.

CONSTITUINTE

A opinião dos juristas também converge quando o assunto são as reformas constitucionais. Eles acreditam que são necessárias diversas mudanças, como, por exemplo, a reforma política, recentemente levantada pelo Governo Federal como resposta às manifestações populares. A proposta, porém, era de que fosse feita uma constituinte exclusiva para a reforma, o que não é considerado adequado pelo desembargador Kildare Carvalho. “Penso que o modo de reformar a Constituição se acha previsto no seu art. 60, que trata do processo de emenda, com a definição dos titulares da iniciativa de pro-

posta da emenda, dos limites procedimentais e matérias. A formação de uma Constituinte exclusiva, com o objetivo de se promover uma reforma política, cujos modelos são em grande número, não me parece justificável”, argumenta o magistrado.

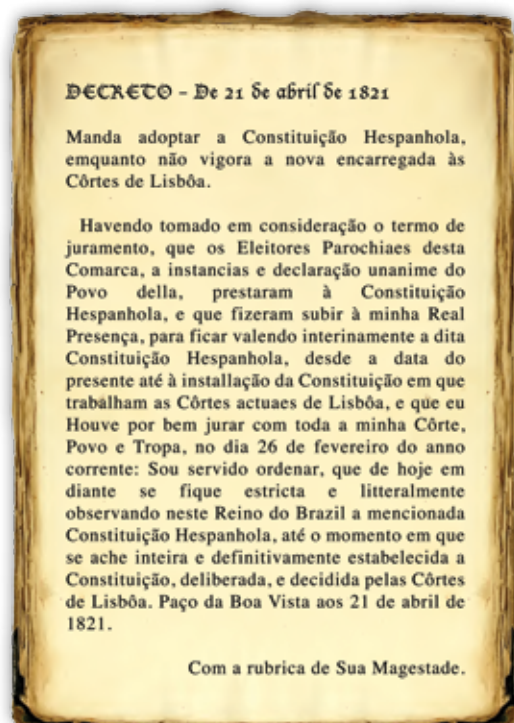
Para o professor Ronaldo Brêtas, a reforma política exigirá mais leis ordinárias. “Para que se possa dar constitucionalidade, é preciso algumas alterações na Constituição. Contudo, não há necessidade de uma nova constituinte para isso”, pondera Brêtas.

Na avaliação do ministro Carlos Velloso, com as manifestações, a população não pedia reforma da Constituição, mas reforma de práticas governamentais, onde a corrupção está presente. “Sob o ponto de vista da teoria geral do Direito Constitucional, falar em constituinte exclusiva é um disparate próprio do denominado constitucionalismo bolivariano, que, na verdade, não passa de um meio para conquista do poder, ou sua perpetuação e a implantação de governos populistas”, alerta Velloso. ●



Ministro Carlos Velloso, ex-presidente do STF

A CONSTITUIÇÃO MAIS EFÊMERA DE NOSSA HISTÓRIA



Ficou registrado na historiografia tradicional do Brasil que já foram sete as Constituições de nosso país, uma no Império (1824) e outras seis na República (1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988). Uma foram mais duradouras e outras, menos. Mas uma delas não costuma constar na maioria dos trabalhos ou listas sobre as Constituições brasileiras. A explicação para essa ausência talvez resida no fato de que tenham transcorrido apenas 24 horas entre sua promulgação e sua revogação.

O juiz Juarez Moraes de Azevedo, da Vara Criminal de Nova Lima, descobriu a história do decreto da Constituição de 1821 em aula na Universidade de Lisboa, em estudos para seu curso de mestrado, em 2008. Após uma extensa pesquisa, porém, o magistrado encontrou referência sobre essa Constituição apenas na obra “O constitucionalismo espanhol e seu influxo no Brasil: de Cádiz a Moncloa”, do professor Paulo Bonavides.

Em 1821, enquanto havia trabalhos de elaboração de uma Constituição nas Cortes portuguesas, em Lisboa, D. João VI enfrentava, no Brasil, uma onda de manifestações com forte agitação popular. Isso levou-o a assinar o “Decreto de 21 de abril de 1821”, determinando que a Constituição espanhola de 1812 (Constituição de Cádiz) fosse estrita e literalmente observada no Brasil até que fossem finalizados os trabalhos constituintes em Portugal (que terminariam somente em 1822).

Contudo, no dia seguinte, em 22 de abril de 1821, quando já cessadas as manifestações, D. João VI assinou outro decreto, revogando o anterior, tendo esta Constituição, portanto, vigorado por meras 24 horas. ●

COMUNICAÇÃO

Conselho vai ampliar diálogo e interlocução

Diante da necessidade de maior integração e interação com os associados da Amagis e de ampliar as divulgações das ações da Associação, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, instituiu, no dia 10 de setembro, por meio da Portaria nº 040/2013, o Conselho de Comunicação Social da Associação para planejar, discutir e contribuir na formulação e implementação de políticas de comunicação da entidade.

O Conselho se encarregará de elaborar e apresentar propostas para intensificar a divulgação das ações ins-

tucionais da Amagis, ampliando a interação e integração com os associados. Além disso, o Conselho será responsável por desenvolver atividades, projetos e campanhas que valorizem a magistratura perante as instituições públicas, privadas e a sociedade.

O Conselho de Comunicação Social da Amagis será composto pelos juízes Evandro Cangussu Melo, Fábio Torres de Sousa, Aldina Soares, Fabiana da Cunha Pasqua, Geraldo Claret de Arantes, Rosimere das Graças do Couto e pelos desembargadores Tiago Pinto e Gutemberg da Mota e Silva. •



NOVO TRIÊNIO

Eleição da AMB terá votação on-line

Na eleição deste ano, os magistrados poderão escolher a nova diretoria da AMB, para o triênio 2014/2016, pela internet, além do voto presencial e por carta. Estão aptos a votar os associados em dia com suas obrigações e contribuições sociais, referentes aos três últimos meses. A votação on-line começará às 8h do dia 22 e se encerrará às 18h do dia 23.

Os eleitores também poderão votar por meio de carta, enviada aos associados após o prazo de inscrição das chapas, dia 24 de setembro, ou na sede da Amagis,

nos dias 22 e 23 de novembro, das 8h às 18h. A Comissão Eleitoral Local que coordenará o processo na Amagis é composta pelos desembargadores Dídimo Inocêncio de Paula, Rogério Alves Coutinho, Saulo Versiani Penna, Ana Paula Nanneti Caixeta e o juiz José Raimundo Duarte.

Concorrem ao pleito deste ano as chapas Unidade e Valorização (chapa 1), liderada pelo juiz João Ricardo Santos, e AMB para os Magistrados, Justiça para o Brasil – Juiz Forte, Brasil Melhor (chapa 2), encabeçada pelo juiz Roberto Portugal Bacellar. •

MEMÓRIA

Comissão debate os 60 anos

Fernanda Marques



Encontro foi realizado na sede da Associação

A Comissão de Memória da Amagis reuniu-se, dia 10 de setembro, sob o comando do desembargador José Nicolau Masselli, que assumiu a presidência do Conselho no último mês de julho. Durante o encontro, que, além do desembargador Masselli, contou também com a participação do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e dos integrantes José Joaquim

Benfica, Bernardino Godinho Campos e Geraldo Dácio de Sousa, foram discutidos os preparativos para a comemoração dos 60 anos da Amagis, que serão completados em 2015.

A Comissão de Memória foi criada em março deste ano, pela atual diretoria, e tem o objetivo de reavivar e enaltecer a história da Associação. •

TSE REGULAMENTA PROCESSO ELETRÔNICO

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral aprovou, no dia 10 de setembro, a resolução que institui o Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral como sistema para constituição e tramitação de ações.

O texto prevê parâmetros para a implantação e funcionamento do sistema, além de estabelecer o processamento das informações judiciais e o gerenciamento dos atos.

A Justiça Eleitoral disponibilizará aos advogados e partes os equipamentos para envio de peças e consultas processuais de forma eletrônica.

A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, recursos e petições em geral serão feitas diretamente pelo advogado, sem intervenção da Secretaria Judiciária. •

Com informações do Conjur

SISTEMA PRISIONAL TERÁ BANCO DE DADOS NACIONAL

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) contará com um banco de dados sobre o sistema prisional brasileiro até o fim do ano. Além de consolidar dados do setor, uma rede nacional com informações sobre o assunto reunirá experiências positivas realizadas em outros Estados. •

AMB

Congresso reunirá em Vitória aposentados e pensionistas

Yuri Barichivich



Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas será realizado em Vitória (ES)

A Associação dos Magistrados brasileiros (AMB) promoverá, entre os dias 6 e 10 de novembro de 2013, na

cidade de Vitória (ES), o IX Congresso de Pensionistas e o VII Congresso de Aposentados da AMB.

O vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, desembargador Tibagy Salles, destacou que a

presença dos associados no congresso é de extrema importância. Segundo o vice-presidente, além dele, a di-

retora de Pensionistas da Associação, Marlene Fernandes, e o diretor do Amagis Saúde, juiz Cláudio Figueiredo, estão empenhados em convocar os aposentados e pensionistas para obter uma grande adesão. A Amagis, por diversas vezes, ganhou o troféu de maior delegação dos Congressos de Aposentados e Pensionistas da AMB.

A diretora Marlene Fernandes disse que o congresso é de grande importância, pois é um momento de encontro que possibilita a troca de experiências e ideias. ●

VAI MUDAR?

A Gegê transporta e guarda com segurança os móveis e equipamentos da sua empresa, pelo tempo que você necessitar.



(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

DIREITO PENAL

Minas recebe congresso internacional de criminologia

A sexta edição do Congresso Internacional de Direito Penal e Criminologia aconteceu em Belo Horizonte, em setembro. Depois de passar por vários países, o evento trouxe à capital mineira autoridades do mundo jurídico e especialistas que realizaram um elevado debate acerca de temas relevantes sobre questões ligadas à criminologia, ao poder punitivo do Estado e à matéria penal.

O ponto central do Congresso, que teve o apoio da Amagis, foi a palestra magna proferida pelo ex-prefeito de Nova Iorque Rudolph Giuliani, que falou sobre o tema da política de 'tolerância zero', programa implantado por ele em sua gestão naquela cidade, na década de 1990. Giuliani apresentou dados da experiência que transformou Nova Iorque, antes classificada pelos jornais norte-americanos como a "maçã apodrecida" dos EUA, por seus altos índices de violência, em uma das mais seguras do país, segundo dados do FBI.

Quando assumiu a prefeitura, Giuliani unificou os departamentos de polícia e retirou das ruas os bandidos, traficantes e prostitutas. Ainda em Belo Horizonte, Giuliani considerou que o programa pode ser aplicado em qualquer país do mundo, inclusive no Brasil, observando que, apesar das diferenças jurídicas e legislativas entre Bra-

sil e EUA, os crimes cometidos são, na sua maioria, de natureza estadual e não federal.

AMAGIS

A primeira palestra do evento teve o tema 'Corrupção Sistêmica' e foi proferida pelo Procurador Regional da República, Eugênio Pacelli de Oliveira, representando o ministro do STF Gilmar Mendes. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, que também é presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), foi o debatedor do encontro. O magistrado parabenizou os organizadores e falou da satisfação da Amagis em apoiar e participar do Congresso. Durante sua explanação, Herbert Carneiro apresentou uma visão crítica sobre parte do projeto do Código Penal, com relação à predileção por penas privativas de liberdade, e sobre a atual situação do sistema carcerário no país.

Temas como direito penal na medida do indivíduo, paz social e inimigos da Lei, e a preponderância da pena na busca da paz e da segurança pública foram debatidos durante o congresso, realizado pelo Instituto de Educação Superior Latino-americano (IESLA) e pela Escola Superior de Justiça (ESJUS). O sucesso do evento rendeu nota de agradecimento pelo apoio enviada pelos realizadores ao presidente Herbert Carneiro. ●

Georgia Bacvaroff

**Herbert Carneiro foi debatedor na palestra inaugural****— MINI-ENTREVISTA >> RUDOLPH GIULIANI, EX-PREFEITO DE NOVA IORQUE**

Fernanda Marques

**Como funciona o sistema integrado?**

Antes de resolver o problema, é preciso entendê-lo. Temos um programa de computador que projeta as estatísticas de crime de maneira criteriosa, especialmente os homicídios. Com isso, é possível saber onde o crime está acontecendo e prever onde ele pode vir a acontecer. De todas as medidas tomadas para combater o crime em Nova Iorque, a implantação desse sistema de informática foi a mais importante.

Quais mudanças foram feitas na polícia?

Não tínhamos policiais em número suficiente. Em dois anos, tivemos que aumentar o efetivo em 5 mil policiais. Tínhamos três departamentos de polícia diferentes: um para a área urbana, uma para a área de trens e ônibus e outro para as regiões residenciais. Eles não trabalhavam juntos. Além de aumentar o número de policiais, também padronizamos a forma de atuação.

Qual sua opinião sobre as penas alternativas?

O aprisionamento não resolve o crime. Exceto nos casos de criminosos muito perigosos. Devemos trabalhar com os presos para reintegrá-los à sociedade. Se pudermos evitar mandá-los para a prisão, melhor ainda. Um problema em Nova Iorque era o crime de pichação. Tínhamos isso nos prédios, nos trens e nos ônibus. Começamos a pegar quem fazia isso, e a sentença era de que eles deveriam limpar tudo que picharam. Se eles voltassem a fazer isso, aí eram presos. Acredito que as pessoas podem mudar. ●

POSSE

TJMG tem novo desembargador

Tiago Parrela



Herculano, Paulo Balbino e família

O desembargador Paulo de Carvalho Balbino tomou posse, no dia 19 de setembro, no TJMG. O magistrado foi promovido no dia 28 de agosto, durante sessão do Órgão Especial, e irá compor a 11ª Câmara Cível. O presidente da Amagis, Her-

bert Carneiro, participou da cerimônia de posse.

Paulo de Carvalho Balbino é natural de Guaxupé, no Sul de Minas, e formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Antes de ingressar na magistratura, foi oficial substituto

do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Guaxupé, além de advogar na área do direito imobiliário. Foi juiz nas Comarcas de Sabará, Contagem, Janaúba, São João Del-Rei e Belo Horizonte. ●

PAULO NEVES

Fernandes Filho recebe honraria

O desembargador José Fernandes Filho, ex-presidente do TJMG e presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, foi agraciado pelo Governo de Minas Gerais com a Medalha Professor Paulo Neves de Carvalho,

concedida anualmente com o objetivo de homenagear cidadão que tenha desempenhado, como agente público, papel de extrema relevância a favor da administração pública estadual. A cerimônia foi realizada no dia 19 de setembro e contou com

a presença de diversas autoridades, entre elas, o governador Antonio Anastasia; o vice-governador Alberto Pinto Coelho; o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, e o presidente da Amagis, Herbert Carneiro. ●

Georgia Baçvaroff



João Paulo, Fernandes Filho e Anastasia

DESPEDIDA

Desembargador recebe reconhecimento

Vagner Antônio/TJMG



Desembargador Tibúrcio Marques

Com a presença de vários magistrados, familiares e operadores do Direito, o desembargador Tibúrcio Marques, que se aposentou no dia 30 de setembro, participou de sua última sessão na 15ª Câmara Cível do TJMG no dia 26 de setembro.

O desembargador Antônio Bispo falou em nome da 15ª Câmara. A desembargadora Kárin Emmerich, da 1ª Câmara Criminal, e o desembargador Rogério Medeiros, da 14ª Câmara Cível, também registraram o privilégio de ter convivido com Tibúrcio Marques.

Tibúrcio Marques Rodrigues é natural de Pompéu, Região Central do Estado, e graduou-se em Direito pelo Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM). Foi desembargador do TJMG desde 2008. ●

Instituto Mineiro
de Perícias

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS

COLÔNIA DE FÉRIAS

Abertas inscrições
para o Carnaval

Divulgação



Caldas Novas é uma das opções

Estão abertas as inscrições para as colônias de férias da Amagis, até o dia 29 de novembro, para a alta temporada durante o Carnaval de 2014 (1º a 10 de março). O sorteio ocorre dia 5 de dezembro.

Os associados interessados deverão se inscrever para uma única colônia de férias. No caso de Nova Viçosa,

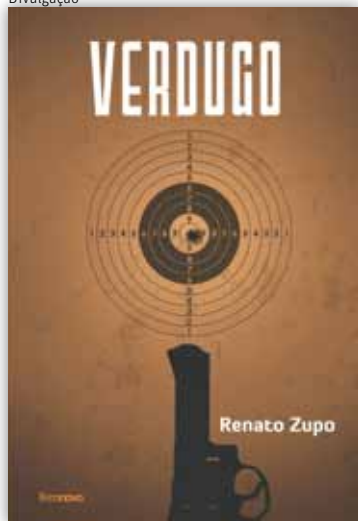
é necessário optar por casa ou apartamento. Após o sorteio, os associados contemplados terão até cinco dias úteis para efetuar o pagamento referente à temporada sorteada.

Mais informações, falar com Cacia, do setor de Colônia de Férias da Amagis pelo telefone: (31) 3079-3459 – ou pelo e-mail: cacia@amagis.com.br.

VERDUGO

Juiz lança romance
policial em festival

Divulgação



O juiz Renato Zupo, da Comarca de Araxá, no Alto Paranaíba, lançou no dia 21 de setembro, o livro Verdugo, um romance policial que narra uma história de traições, assassinato e perseguições. A obra

do magistrado foi publicada pela Editora Livronovo.

O lançamento foi realizado durante o 2º Festival Literário de Araxá (Fliaraxá), que aconteceu entre os dias 19 a 22 de setembro. O festival teve como convidados os escritores Ruy Castro, Heloísa Seixas, Adélia Prado, a jornalista Leila Ferreira, o navegador Amyr Klink e a historiadora Mary Del Priore, entre outros. Além das palestras, durante o festival, também foram realizadas apresentações de teatro e musicais. ●

TEATRO

Peça tem renda
revertida ao Nutris

Adriano Boaventura



Encenação do "Amor em nós"

Em apoio ao Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), a Amagis promoveu, no dia 19 de setembro, no salão de festas da Associação, a apresentação da comédia "O amor em nós", do grupo de teatro 'Nós', cuja renda foi revertida para o Núcleo.

Na avaliação do vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargador Tibagy Salles,

essa foi uma oportunidade para o encontro da classe e, ao mesmo tempo, de contribuir com uma entidade que os magistrados sempre colaboraram.

A peça é dirigida por Ana Amélia Cabral, apresentada no formato de esquetes, tratando de forma poética as diversas formas de amor existentes. O grupo de teatro 'Nós' é formado por atores da terceira idade. ●

SANTA LUZIA

Recuperandos
expõem artesanato

Mostra foi realizada no Fórum

O Fórum de Santa Luzia, na Região Metropolitana de BH, organizou uma exposição dos trabalhos dos recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) da comarca, entre os dias 18 a 20 de agosto, com peças artesanais desenvolvidos por eles na instituição.

Os recuperandos expuseram trabalhos

em madeira, pintura e cerâmica, tapetes e mostraram os resultados das oficinas da Apac, no saguão do fórum. As peças estão à venda com a renda revertida para as famílias dos internos. O método apaqueano visa a reinserção do condenado à sociedade por meio da humanização da pena, tornando os presos corresponsáveis pela sua recuperação. ●

PETIÇÃO
ELETRÔNICA É
OBRIGATÓRIA
NO STJ

Desde o dia 10 de outubro, a petição eletrônica passou a ser obrigatória no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com a mudança, a unidade responsável pelo recebimento de petições está autorizada a recusar todos os documentos em papel referentes às classes previstas nesta primeira etapa.

Para o peticionamento eletrônico, os advogados precisam realizar a aquisição de um certificado digital, configuração adequada do computador e cadastro no sistema. O passo a passo pode ser encontrado no Espaço do Advogado, no portal do STJ.

Nessa fase de implantação, a obrigatoriedade aplica-se às petições iniciais, conflito de competência, mandado de segurança, reclamação, sentença estrangeira, suspensão de liminar e de sentença, suspensão de segurança. E para petições incidentais nos casos de recurso extraordinário, contrarrazões ao recurso extraordinário, agravo em recurso extraordinário e contraminutas em agravo em recurso extraordinário. ●

Com informações
do Conjur

Arquivo Amagis



JUIZ CARLOS FREDERICO BRAGA DA SILVA

Uma Justiça mais humana. De acordo com o juiz Carlos Frederico Braga da Silva, diretor de Direitos Humanos e Cidadania da Amagis, essa é a principal característica da Justiça Restaurativa, implementada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais há um ano.

O magistrado coordena o projeto na Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte e desenvolve a proposta do trabalho e mudanças trazidas com esse modelo de Justiça, que, além de resolver o conflito, busca restaurar os laços sociais. Carlos Frederico também apresenta que os resultados obtidos com essa metodologia são muito mais eficientes do que a visão tradicional da punição do criminoso, com resultados mais satisfatórios entre as partes envolvidas e a diminuição dos índices de reincidência no mundo todo.

Qual a proposta da Justiça Restaurativa?

A Justiça Restaurativa é um conceito aberto, um conjunto de princípios, cuja abordagem dos conflitos é feita por meio do diálogo, do respeito entre todos os envolvidos no processo a fim de conseguirmos uma solução consensual para os conflitos.

Qual a diferença entre a Justiça Restaurativa e a conciliação?

A Justiça Restaurativa é mais ampla do que a conciliação e a medição, pois as partes envolvidas no conflito participam de uma atividade chamada de círculo restaurativo. A partir daí, é possível identificar as causas do conflito. E o principal foco da Justiça Restaurativa é a vítima, ao contrário do que acontece no processo penal tradicional, em que a vítima é tida como uma testemunha de “segunda classe”.

Quais as mudanças trazidas com a Justiça Restaurativa?

A Justiça Restaurativa não vê o crime só como um típico fato antijurídico, culpável e punível para alguns. A Justiça Restaurativa visa o envolvimento das comunidades, especialmente as mais carentes, para que seja discutida a causa do problema. Pesquisas demonstram que, quando a pessoa passa pelo processo da Justiça Restaurativa, ela fica mais satisfeita com a solução encontrada, e o índice de reincidência cai de 60% para 25%.

A Justiça Restaurativa consegue retirar os jovens da criminalidade?

Em abril deste ano, saiu o editorial de um jornal internacional falando que a prisão no mundo inteiro é considerada um fracasso monumental, porque ela não impede a reincidência. Em todas as prisões no mundo, o índice de reincidência é de 60%, no Brasil, é maior, 85%. Partindo desta premissa, que

o Direito Criminal não está conseguindo ressocializar os infratores, a Legislação percebeu a necessidade de se trabalhar de uma maneira mais racional e inteligente. Daí que a Justiça Restaurativa visa envolver as comunidades para que sejam discutidas as causas dos problemas.

Como trabalha a Justiça Restaurativa?

Vou te dar um exemplo muito claro, como um caso de bullying, onde uma menina foi processada porque um dia deu um soco no nariz de um menino. Se fosse na Vara Infracional, ela ia chegar e receber uma advertência; na Justiça Restaurativa, tanto a família dela quanto a do menino foram convidadas a participar, por acordo, de um ciclo restaurativo. Percebeu-se então que esse menino chamava a menina de ‘testuda’ há mais de um ano. Um dia, ela perdeu a paciência e partiu para a agressão. Quando percebeu que a brincadeira

que fazia humilhava a menina, ele entendeu que também estava fazendo uma coisa errada. Ela também viu que errou ao partir para a ignorância, e, no final, eles resolveram o assunto, a família dela pagou o tratamento que se fez necessário, e os dois, junto com uma professora da escola, fizeram uma campanha contra o bullying e a violência na escola. Isso produziu muito mais efeito do que o exemplo da punição.

Como a Justiça Restaurativa entende os casos que envolvem crimes?

A Justiça Restaurativa entende também que o crime é uma ofensa contra a vítima, contra a família. Ela é mais humana e responsabiliza muito mais. Pesquisas do mundo todo mostram que a Justiça Restaurativa funciona, pois quando os envolvidos são submetidos a essa metodologia, eles ficam mais satisfeitos com a solução. ●

“

A Justiça Restaurativa é um conceito aberto, um conjunto de princípios, cuja abordagem dos conflitos é feita por meio do diálogo, do respeito entre todos os envolvidos

A Justiça Restaurativa é mais ampla do que a conciliação e a medição, pois as partes envolvidas no conflito participam de uma atividade chamada de círculo restaurativo

Pesquisas demonstram que, quando a pessoa passa pelo processo da Justiça Restaurativa, ela fica mais satisfeita com a solução encontrada, e o índice de reincidência cai de 60% para 25%

”

LEGISLAÇÃO

Confira os novos direitos dos empregados domésticos



Os empregados domésticos passaram a ter 16 novos direitos, dos quais sete já estão em vigor desde o dia 2 de abril. A emenda constitucional 72 beneficiou qualquer trabalhador maior de 18 anos contratado para trabalhar para uma pessoa física ou família em um ambiente residencial e familiar. São aqueles profissionais responsáveis pela limpeza da

residência, lavadeiras, passadeiras, babás, cozinheiras, jardineiros, caseiros de residências, motoristas particulares, cuidadores de idosos, entre outros.

Ainda precisam de regulamentação pela Câmara dos Deputados, os direitos como o adicional noturno; pagamento de FGTS, do seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola, seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de despedida sem justa causa.

Quais são os direitos que entraram em vigor imediatamente após a publicação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013?

Os direitos garantidos são: salário mínimo; irredutibilidade de salário; garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; décimo terceiro salário; proteção do salário na forma da lei; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; E mais: gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo de emprego e do salário, com a duração de 120 dias; licença paternidade; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias; redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; aposentadoria;

reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor, ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.

Quais os direitos que dependem de regulamentação para entrar em vigor?

Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Os novos direitos serão retroativos?

Não. Os direitos entraram em vigor na data da publicação da EC nº 72, em 3 de abril de 2013, exceto aqueles que ainda dependem de regulamentação.

Como será feito o controle da jornada de trabalho? É necessário folha de ponto?

A jornada deverá ser estabelecida entre trabalhador e empregador, não sendo obrigatório o controle de jornada do trabalhador doméstico, da mesma forma que a jornada de trabalhadores em empresas comuns que só são obrigatórios os controles de ponto de forma manual, mecânica ou eletrônica, a partir de 10 trabalhadores.

Como proceder no pagamento de horas extras?

O pagamento das horas suplementares deve ser correspondente ao valor da hora normal de trabalho, acrescido de cinquenta por cento (50%). Exemplo (com base no salário mínimo): Salário: R\$ 678,00 Cálculo do valor da hora: R\$ 678,00 (salário) : 220 (horas/mês) = R\$ 3,08 Cálculo da hora extra: R\$ 3,08 + 50% = R\$ 4,62

É possível estender a jornada de trabalho cumprida de segunda a sexta-feira além das oito horas diárias e não trabalhar no sábado?

Pode. Mas é importante, em primeiro lugar, que a compensação seja sempre feita por escrito. Ou seja, se vai existir uma jornada na qual as horas do sábado serão diluídas durante a semana, é importante que empregador e trabalhador estejam cientes da exata duração da jornada em cada dia. Um exemplo possível é o da diluição igual em todos os dias, quando o trabalhador poderá trabalhar 8h48 de segunda a sexta, totalizando 44 horas semanais. Outra possibilidade é trabalhar 9 horas diárias de segunda a quinta e 8 horas na sexta-feira, totalizando as mesmas 44 horas.

O horário de almoço está incluído nas 8 horas diárias e 44 semanais previstas na jornada de trabalho?

Não. A jornada engloba apenas as horas que são destinadas ao trabalho. Os intervalos de descanso, salvo previsão legal expressa, não são computados na jornada de trabalho.

Como estabelecer o descanso intrajornada para repouso e alimentação do trabalhador doméstico?

Por analogia ao previsto na CLT, enquanto não vier regulamentação específica, o descanso intrajornada deve ser de, no mínimo, uma hora e, no máximo, duas horas. Vale lembrar que, embora as normas de descanso não estejam previstas na Constituição, o inciso XXII do art. 7º garante de forma imediata ao trabalhador doméstico o acesso às normas de segurança e saúde no trabalho, como é o caso das normas que preveem o intervalo.

Pode ser descontado do salário do trabalhador doméstico valores relativos a moradia, alimentação, vestuário ou higiene?

Em regra geral, não. Antes mesmo da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, a edição da Lei n.º 11.324, de 2006, que alterou a Lei n.º 5.859, 1972, dispôs que: "Poderão ser descontadas as despesas com moradia quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes". ●

Veja os temas dos programas de TV da Amagis em setembro

PENSAMENTO JURÍDICO



36 ANOS DA EJEF

Em Minas Gerais, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) é a responsável pela seleção e formação dos novos juízes há 36 anos. Para falar sobre a história e importância da escola, convidamos os desembargadores José Antônimo Baía Borges, José Geraldo Saldanha da Fonseca e Tiago Pinto, respectivamente, superintendente, superintendente-adjunto da Ejef e vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis. (foto)

ATO PÚBLICO DA FRENTE PARLAMENTAR

O evento aconteceu na sede da Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte, e reuniu deputados estaduais, magistrados e juristas. O reitor da escola, Paulo Stumpf, e o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, presidiram a solenidade. A Frente Parlamentar foi criada, neste ano, com objetivo de atuar como fórum de debates e de defesa da independência da magistratura e do fortalecimento do Judiciário.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Uma alternativa para jovens em conflito com a lei. No lugar de reprimir, a Justiça Restaurativa prevê a reabilitação dos infratores com a participação das vítimas na solução do conflito. Como funciona essa modalidade? Quais as vantagens e desvantagens? Para falar sobre o assunto, recebemos o juiz Carlos Frederico Braga da Silva, da Vara Infração da Infância e Juventude de Belo Horizonte.

PROCESSO ELETRÔNICO

A informatização dos processos judiciais está sendo utilizada em mais de 590 varas em todo o país, mas funciona em apenas 31 dos 92 tribunais brasileiros. O desembargador Fernando Caldeira Brant, superintendente de tecnologia da informação do TJMG, foi convidado para debater o assunto e falar sobre as vantagens, riscos para a segurança jurídica e sobre quais tipos de ação o processo eletrônico pode ser utilizado. ●

ASSISTA

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 18h30

TV Comunitária

Canal 6 ou 13
Sábado, às 20h30

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

REINCIDÊNCIA CRIMINAL

O CNJ determinou um levantamento para saber os índices de reincidência criminal no país. Mas já se sabe que esses índices são elevados. Para debater o assunto, convidamos o juiz Guilherme de Azeredo Passos, da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, e o advogado criminalista Odilon Pereira de Souza. Eles discutiram as causas da reincidência criminal e o papel do Estado e da sociedade nesse controle. (foto)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Câmara dos Deputados estuda alterações nas medidas socioeducativas do ECA. As propostas agravam as punições para os casos de crimes hediondos e reincidência. Essas modificações podem acabar com o sentimento de impunidade nas infrações cometidas por menores? O juiz Geraldo Claret de Arantes, da 1ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o presidente da Comissão de Defesa da Criança, Adolescente e Jovem da OAB-MG, Stanley Gusman participam do programa.

CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os Centros Judiciários concentram uma série de ações em prol do cidadão, de audiências e sessões de conciliação e mediação ao serviço de atendimento e orientação à população. Para falar sobre essas unidades do Poder Judiciário, convidamos o juiz auxiliar da Corregedoria do TJMG, Wilson Almeida Benevides, e a defensora pública Marta Juliana Ferraz.

VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Segundo o “Mapa da Violência 2013”, o Brasil é o 8º país mais violento entre as 100 nações pesquisadas, com uma taxa de 20,4 homicídios para cada 100 mil habitantes. Em Minas Gerais, o índice de criminalidade violenta aumentou 7,8% para cada 100 mil habitantes no comparativo entre 2011 e 2012. O juiz Fernando Galvão, do TJMMG, discute por que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. ●

ASSISTA

TV Assembleia

Canal 11
Sexta-Feira, às 23h

TV Comunitária

Canal 6 ou 901
Sábado, às 22h

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 15h30

Desembargador Roney Oliveira, do TJMG



DES. COSTA LOURES, UMA VIDA DEDICADA À JUSTIÇA

Polida, silenciosa e educadamente – como em sua vida de 88 anos -, partiu para a eternidade o Des. Costa Loures, juiz, jurista, professor, chefe de família exemplar, paradigma e modelo para todos aqueles que, como eu, muito se orgulham de tê-lo como bússola e farol.

Nascido em Rio Novo, adotou São João Del-Rei – berço de grandes humanistas e estadistas – como sua segunda terra.

Cavalheiresco e urbano por natureza, aprimorou, com o tempo, a urbanidade e a polidez, hauridas do honrado berço.

Pertence a uma estirpe de cidadãos bem-educados, mas de pulso firme, o que comprova que grandes timoneiros não precisam ser rudes para se fazerem ouvir, respeitar, amar e seguir.

Formou-se em Direito, pela UFMG, em 1951. Doutorou-se na mesma Faculdade em 1969. Bolsista do governo italiano, cursou o ano acadêmico de 1972/73 na Universidade de Roma, aperfeiçoando-se em Direito Processual, Civil e Penal.

Pai dos filhos Marco Antônio (engenheiro) e Thaís (advogada e coautora, com o pai, do C. Civil de 2002 Comentado), Loures morreu, pela vez primeira, quando perdeu, há cerca de uma década, o amado filho varão, na flor dos seus 50 anos.

Somente a fé inquebrantável do pai lhe permitiu conviver com a enorme perda, em parte amenizada pelo afetuoso convívio com a legião de lindas netas e guapos netos.

Como se isso não bastasse, os doloridos estilhaços da filial perda precisavam ser, com urgência, recolhidos ao mais recôndito do ser

paterno, pois, antes de viajar nas asas da eternidade, Loures deveria cumprir a mais importante e amável de suas missões: cuidador de sua esposa Lair, o maior de seus amores, vítima de implacável e irreversível doença, cuja sobrevivência se deve ao desmedido amor do esposo que, de mãos entrelaçadas, sempre lhe velou o sono.

Com D. Lair, Loures viveu, por mais de 60 anos, uma linda e sempre renovada história de amor.

Em Lajinha, minha terra, onde o conheci juiz em 1963, o profissional exemplar ainda é lembrado, após

Naquela inesquecível quadra, o perplexo estudante foi brindado com generoso vinho, intercalado de deliciosas fatias de queijo mineiro;

É provável que a longínqua visita tenha despertado, no autor destas linhas, a vocação para ser juiz, que também fui, de 05.11.1970 até a aposentadoria voluntária, como desembargador do TJ/MG, em 09.01.2012.

Se cheguei tão longe, embora não merecesse chegar, devo-o a anjos da guarda poderosos, sempre presentes e solidários, como o inesquecível Loures, cuja intensa luminosidade não se apagou no último dia 09/07/2013.

Embora tenha presidido (e bem!) o Tribunal de Justiça de MG por apenas três meses (atingido, que foi, pela compulsória, em 09.03.1995), Loures não olvidou a Comarca de Lajinha, assinando, quinze dias antes de deixar a presidência, o indispensável convênio que presenteou minha terra com novíssimo e moderno edifício do Fórum.

Em Passa Tempo, a história não foi diferente para o Juiz Loures, que “por lá passou, sem deixar de passar”, no dealbar de sua carreira, o que

levou a comunidade local a perenizar sua efígie num histórico selo de nossos Correios, quando do centenário de fundação daquele município.

Das diversas comarcas em que serviu, como Promotor de Justiça ou Juiz de Direito, o Des. José Costa Loures emprestou seu honrado nome para batizar três edifícios do fórum, recebendo, ainda, o título de cidadão honorário de cerca de dez municípios, o que demonstra um homenageado muito mais amado do que temido, em sua longa caminhada pelo Judiciário das Gerais. ●



meio século, por passear, todas as tardes, de mãos dadas, na pracinha, com sua única e eterna bem-amada.

Loures, além de servir de modelo como juiz, professor e cidadão, simbolizava, naquelas priscas eras, o amantíssimo esposo com quem toda esposa sonha: primeiro e único.

Aquele jovem juiz (38 anos) de 1963, morador no vetusto casarão do Juca Fortunato, foi a primeira autoridade máxima do Poder Judiciário a receber, na intimidade do lar, o autor destas linhas, então terceiranista em Direito.

DICAS DO SAÚDE

Conheça alguns mitos e verdades sobre a pneumologia

Helena Rachel Weinreich*

Vacina antigripal pode provocar a gripe.

MITO – A vacina contém vírus morto e não tem efeito imediato. Quando uma pessoa é vacinada e gripa é porque ela já estava com o vírus incubado. Por causa disso, infelizmente, muitos pacientes alegam ter gripado mesmo tendo se vacinado e acabam se recusando a tomar a vacina. Portanto, é importante não deixar se vacinar.

A tosse é sintoma banal.

MITO – Existem aproximadamente 40 causas de tosse, que podem ser, entre outros, sintoma de asma, sinusite, refluxo

gastroesofágico, e doenças mais graves como a tuberculose. Por considerar um sintoma banal, a maioria das pessoas se automedica.

Asma pode surgir em qualquer idade.

VERDADE – A maioria das pessoas pensa que a asma só ocorre no início da infância e acaba se recusando em acreditar que tem a doença, quando ela aparece em outra fase da vida. É importante evitar o contato com poeira, pêlos de animais, cheiros fortes, fumaça, ar condicionado e mofo. O diagnóstico da doença e sua gravidade são feitos pelo exame de espirometria.

Asma tem cura.

MITO – A asma é uma doença crônica, semelhante à hipertensão arterial e à diabetes, que mata seis brasileiros por dia. O tratamento deve ser contínuo e não somente nas crises. Ao contrário do que se pensa, natação não cura asma.

“Bombinha” vicia, engorda, faz mal para o coração.

MITO – Os dispositivos inalatórios são seguros e muito pouco absorvidos pelo organismo. Quem faz o tratamento regular, bem orientado, tem vida completamente normal. Atualmente, o Governo Federal disponibiliza esses medicamentos gratuitamente.

Roncar não é normal.

VERDADE – O ronco é o ruído da vibração do ar tentando vencer uma obstrução das vias aéreas. E pode ser um sintoma de uma doença grave chamada apneia obstrutiva do sono, que pode levar a quadros de infarto do miocárdio, AVC, arritmias, sonolência diurna (com risco de acidentes), depressão etc.

O tabagismo é uma doença.

VERDADE – O cigarro é uma dependência química e é necessário tratamento médico. ●

**A pneumologista Helena Rachel Weinreich é credenciada ao Amagis Saúde*

NOVOS CREDENCIADOS

| Cidade | Especialidade | Credenciado | Endereço | Telefone |
|------------------------|--|--|--|----------------------------------|
| Alfenas | Clínica Médica e Polissonografia | Clínica Remsono | Rua João Paulino Damasceno, 1217 – Centro | (35) 3291-6581 |
| Araxá | Fonoaudiologia | Ana Paula Silva | Avenida Prefeito Aracely de Paula, 955 – Fertiza | (34) 8815-6441 (34) 9218-3900 |
| Belo Horizonte | Cardiologia | Izabela Leal Marcelino | Rua Juiz de Fora, 1268, Sala 904 – Santo Agostinho | (31) 3318-0023 |
| | Geriatria e Gerontologia | Simone de Paula Pessoa Lima | Rua Piauí, 69, Sala 1108 Santa Efigênia | (31) 3241-5380 |
| | Psicologia | Rodrigo Sousa Rocha Brant | Rua Rodrigues Caldas, 670, Sala 1201 – Santo Agostinho | (31) 9328-3934 |
| | Angiologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Plástica | Clinica Múltipla | Avenida do Contorno, 4747 Sala 408 – Funcionários | (31) 3032-8862 |
| | Dermatologia | Coelho e Ribeiro Dermatologia | Rua Padre Marinho, 49 Sala 801 – Santa Efigênia | (31) 3055-3564 |
| Janaúba | Fonoaudiologia | Silvania Gomes Nogueira Maeno | Rua Alvaro da Silva Lopes, 214 – São Gonçalo | (38) 3821-1584 |
| Juiz de Fora | Oncologia e Quimioterapia | Sólus - Núcleo Avançado de Tratamento Oncológico | Rua São Sebastião, 867 – Centro | (32) 3216-3643 |
| Lagoa Santa | Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia | Othorinus Centro Especializado em Otorrinolaringologia | Rua Maria Junqueira, 245 Salas 308 e 310 – Lundceia | (31) 3681-1509 |
| Montes Claros | Oftalmologia | Instituto de Olhos Heitor Vilas Boas | Rua Dona Eva, 39 – Centro | (38) 3215-3721 |
| | Psicologia | Maria Zelia Ferreira | Rua São Francisco, 400 Sala 106 – Centro | (38) 9862-7465 |
| Nova Lima | Dermatologia | Manuela Linhares Ghader Corgosinho | Rua Ministro Orozimbo Nonato, 102, Sala 2101 Torre A – Vila da Serra | (31) 3542-0793 |
| Poços de Caldas | Oncologia e Quimioterapia | Oncogen Centro de Oncologia e Genética Molecular | Rua Paraíba, 435 – Centro | (35) 3722-0500 |

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

MOVIMENTE-SE

Programa Amor à Vida amplia atendimento com fisioterapia

A saúde é direito de todos e dever do Estado, previsto no artigo 196 da Constituição Federal. “Aqui, vamos tratar do nosso direito, mas também como nossa obrigação”. A afirmação é do fisioterapeuta Roberto Andrade Barata, que atende no programa ‘Amor à Vida’, do Amagis Saúde. De acordo com ele, devemos fazer a nossa parte, cuidar do corpo e proporcionar aquilo que pudermos para mantê-lo em perfeito funcionamento, tanto no aspecto físico, quanto no emocional. E, para o profissional, “a melhor forma de cuidar do corpo é mantê-lo em movimento”.

Para tanto, Roberto Barata atende aos associados no Centro de Atividades Físicas do Parque Esportivo da Amagis, em Belo Horizonte, todas as terças e quintas-feiras, de 8h às 11h. Além de orientar os associados durante as atividades na Academia do Parque, o fisioterapeuta ministra aulas de hidroginástica. E os benefícios já são sentidos pelos alunos.

Para Nício Joviano dos Santos, juiz aposentado, que participa do treino na Academia e faz as aulas de hidroginástica, as atividades ajudam muito na disposição física e emocional durante o dia. “O exercício físico é muito bom tanto para

o corpo quanto para a mente”, disse.

A pensionista Marly Barbosa Gontijo participa das aulas. “O exercício físico traz muitos benefícios e, além disso, o professor fica atento a tudo, observa inclusive a nossa respiração”, comenta.

Maria Imaculada Martins Carvalho Carvalhaes, esposa do juiz aposentado Antônio Celso Carvalhaes, parabenizou a direção do Parque Esportivo pela reativação das atividades. “Estou sentindo muita alegria e quero agradecer ao professor que tem nos surpreendido. As atividades desenvolvidas aqui nos animam e nos fazem sentir muito bem”, destacou.

A opinião é a mesma de Maria Stela Ribeiro Gomes, esposa do juiz aposentado José Francisco Gomes, que começou as aulas em setembro. “Estou muito satisfeita e achei sensacional a reativação das atividades no Parque Esportivo. O professor é exigente, e isso é muito bom para nós alunos”, afirmou.

As atividades físicas são importantes também para os juizes da ativa, como reconheceu a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Luzia Peixoto. “Nós ficamos muito tempo sentados, dentro do gabinete e, na maioria das vezes, não adotamos a postura ade-

Fotos: Georgia Baçvaroff



Centro de Atividades Físicas do Parque Esportivo



Hidroginástica é opção para os dias de calor

quada, até pela correria do dia a dia. Nesse ponto, o trabalho que tenho desenvolvido aqui, com o fisioterapeuta Roberto, tem me ajudado bastante”, afirmou a magistrada, destacando como pontos positivos, além do fortalecimento muscular, a orientação recebida pelo fisioterapeuta.

PREVENÇÃO

O ‘Amor à Vida’, criado há dois anos pelo Amagis Saúde, é um programa voltado para a promoção da saúde preventiva e da qualidade de vida dedicado aos usuários do Amagis Saúde. Além do fisioterapeuta, o programa oferece atendimento

individualizado de profissionais nas seguintes áreas: cardiologia, endocrinologia, geriatria, nutrição e odontologia. Os atendimentos são realizados na Amagis, e os associados interessados em participar do programa podem agenda uma consulta pelo telefone (31) 3079-3472. ●